

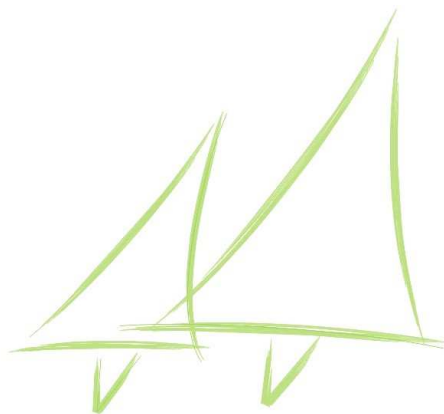
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



003 - INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA, DENSIDADE INSTITUCIONAL E COOPERATIVISMO: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DE UMA COOPERATIVA PRODUTORA DE ETANOL NO RIO GRANDE DO SUL¹

Eficácia e eficiência da empresa, inovação e experiências
na integração cooperativa

Anelise Graciele Rambo
ane_rambo@yahoo.com.br

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aldomar Arnaldo Rückert
Aldomar.ruckert@gmail.com

PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Resumo

O presente artigo propõe estabelecer uma discussão em torno do cooperativismo, considerando este como um capital do território ou uma potencialidade territorial na região noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente, nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões. Entende-se que a prática cooperativa, muito presente neste espaço, pode ser decorrente dos consideráveis níveis de capital social presente no recorte analisado. Considera-se que a prática cooperativa pode contribuir para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional, principalmente quando, em torno desta, há ações voltadas à inovação territorial coletiva e à densidade

¹ Artigo resultante da Dissertação de Mestrado desenvolvida no curso de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS (2004-2006) intitulada *A Contribuição da Inovação Territorial Coletiva e da Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional: a experiência da Coopercana - Porto Xavier/RS*

institucional. Entende-se que quando os atores locais/regionais desencadeiam ações de forma coletiva - neste caso, expresso pela formação de uma cooperativa - buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão, constituindo uma densidade institucional, torna-se possível promover processos de desenvolvimento territorial, de modo a atender as demandas e necessidades locais/regionais. Da mesma forma, considera-se fundamental a preocupação destes atores com a inovação territorial coletiva, ou seja, a busca coletiva por inovações quanto à gestão do território, tendo por base as potencialidades locais/regionais. Buscar-se-á demonstrar tais pressupostos a partir da experiência da Coopercana, do município de Porto Xavier/RS. Esta consiste numa cooperativa autogestionária, formada por agricultores familiares, sendo a única usina produtora de etanol do Estado.

Palavras-chave: - inovação territorial coletiva - densidade institucional - desenvolvimento territorial local/regional

Abstract

This article presents a discussion concerning the cooperativism. It is considering a territorial capital or a territorial capability in the northwest of Rio Grande do Sul, specifically, in Coredes Fronteira Noroeste and Missões. We understand the cooperative practice, very present in this area, is a consequence of considerable social capital levels present in the region. The cooperative practice contributes to the local/regional territorial development processes, especially when there are actions focused at collective territorial innovation and the institutional thickness. We understand when the local/regional actors trigger collective actions -in this case, expressed by the cooperative formation - interacting with other power and management scales, constituting an institutional thickness, is possible to promote territorial development processes, according the local/regional demands. Similarly, it is essential, actions about innovation territorial collective, i.e., innovations on territorial collective management, based on the local/regional capability. We will demonstrate such assumptions from Coopercana's experience. It is an autogestionary cooperative, formed by family farmers. It is the only ethanol industry from Rio Grande do Sul.

Key-words: cooperativism - collective territorial innovation - institucional thickness - local/regional territorial development

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo busca-se demonstrar como uma cooperativa formada por agricultores familiares é capaz de se colocar como um importante ator no desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional. Considera-se que este processo é capaz de atender as demandas locais/regionais na medida em que é pautado na densidade institucional e em inovações territoriais coletivas. Por sua vez, é possível afirmar que o cooperativismo é um potencial ou um capital territorial, sendo uma prática comum nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões. Por outro lado, pode-se afirmar que a Coopercana, por se tratar de uma cooperativa produtora de álcool combustível, numa região onde predomina o cultivo da soja, além de ser a única usina do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, além da Coopercana ser uma experiência coletiva, reunindo um número considerável de atores, e por se tratar de uma cooperativa, esta reúne também diferentes atores locais/regionais em torno de um processo de desenvolvimento territorial, gerando transformações não somente no espaço rural e local, mas também no urbano e regional, como será apresentado ao longo deste artigo.

A Coopercana (Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier) tem sua gênese em 1984, quando é constituída a Alpox S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), incentivada pelo Pró-álcool. Esta sociedade anônima é composta por 156 acionistas: 143 pequenos agricultores, com 49% ações e 13 empresários e profissionais liberais detendo 51% das ações. Desde sua fundação há divergências entre sócios majoritários e minoritários, desencadeando-se uma crise financeira na usina, o que leva a constituição da Coopercana. A Cooperativa, que surge na tentativa de contornar essa crise financeira, é composta pelos agricultores produtores de cana (sócios minoritários) e funcionários da usina. Em 1999, por pressão da sociedade civil organizada e por instituições e organizações locais/regionais, o poder judiciário decreta a falência da ALPOX S/A e a Coopercana assume os serviços da usina arrendando o parque industrial. A compra do parque industrial pela Cooperativa efetuou-se em setembro de 2004. Atualmente as propriedades dos associados localizam-se nos municípios de Roque Gonzáles (50,5%); Porto Xavier (45,6%) no Corede Missões e Porto Lucena (3,8%) no Corede Fronteira Noroeste. São ao todo 273 associados, os quais cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, totalizando em 2005, 2.050 ha produzindo cana para a Coopercana.

1 Desenvolvimento territorial local/regional: a contribuição da densidade institucional e da inovação territorial coletiva neste processo

O processo de desenvolvimento territorial local/regional do qual aqui se trata, corresponde a ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais

escalas de poder e gestão² através de novos usos políticos e econômicos do território³, com base em potencialidades locais/regionais, de modo a atender suas demandas e necessidades. Assim o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, se reconhecem como tal e tem como referência primeira seu território, tornando-se mais ativos na intervenção e ação sobre o espaço, com o intuito de promover seu desenvolvimento.

Para Boisier (1997) o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades. Refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inserido num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Este baseia-se ainda em três objetivos: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um *container* e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território e (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território.

Portanto, fica evidente que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, e consiste na articulação dos atores na busca de atender também suas demandas sociais. Considera-se que tal processo é possível desde que haja ações pautadas na densidade institucional e da inovação territorial coletiva.

A densidade institucional, segundo Fernández (2004), corresponde a uma sólida presença institucional (formal), bem como o desenvolvimento de formas de cooperação entre os atores a partir da consolidação entre esse complexo de atores, de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial e ao padrão de coalizão representativo dos interesses locais. Enfim, refere-se a interação de atores públicos e privados, individuais ou coletivos, da sociedade civil, do Estado e do mercado, organizações e instituições, com vistas à realização de ações com objetivos comuns. Essa densidade, por sua vez, permite o desenvolvimento da inovação territorial coletiva.

Dentro dessa linha de pensamento, a inovação territorial coletiva é entendida como um sistema dinâmico de reprodução territorial fundado em inovações permanentes, resultado de relações de cooperação entre os atores - públicos e privados, individuais e coletivos - de determinada região/território (Fernández, 2004). Consiste na capacidade de gerar e incorporar

² As escalas geográficas de poder e gestão são um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, pois permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil, Estado e mercado – articulam-se entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à promoção do desenvolvimento de seu território. Estas escalas podem ser tanto institucionalizadas (estadual, federal...) quando definidas pela ação dos atores sobre o espaço (território da Coopercana). A esse respeito ver Racine; Raffestin; Ruffy (1983); Acselrad (2002); Raffestin (1993).

³ Os novos usos políticos referem-se as novas formas de gestão territorial, possíveis desde a descentralização político-administrativa do Estado e a maior participação da sociedade civil na gestão territorial, ou seja, na negociação de estratégias e ações visando seu desenvolvimento. Já os novos usos econômicos, dizem respeito às novas atividades econômicas desenvolvidas sobre o território (Becker, 1993, Santos; Silveira, 2001).

conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente, resultando num fator chave para favorecer o desenvolvimento dos territórios, não só em termos de crescimento econômico, mas numa perspectiva integrada (Méndez, 2002).

De forma resumida, a inovação territorial coletiva pode ser considerada uma busca coletiva por novos conhecimentos que levam a inovações quanto à organização e a gestão territorial e, conseqüentemente, a um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

No caso da Coopercana, pode-se afirmar que esta cooperativa é resultado da densidade institucional formada em torno de sua constituição, sendo ela própria uma inovação territorial coletiva. Além disso, pode-se afirmar que, sua constituição representa o incremento de uma potencialidade ou um capital territorial, pois a prática cooperativa é comum na região, como exposto a seguir. Por sua vez, as ações que dela decorrem, ou das quais ela participa, têm desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional, como será destacado adiante.

2 Cooperativismo e desenvolvimento territorial

A organização de uma cooperativa pode ser compreendida como uma resposta dos atores locais regionais aos entraves oriundos do meio técnico-científico-informacional (Santos; Silveira, 2001). Segundo Panzutti (2002, p.07) a cooperativa é uma forma específica de organização da sociedade civil que, segundo a Teoria de Münster⁴

(...) não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência (tal como afirmam outras teorias cooperativistas); ao contrário, permitem aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva. Além disso, os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa que a ação individual.

Assim, a predominância da agricultura familiar no noroeste gaúcho, e sua distância considerável em relação a grandes centros urbanos, podem ser considerados fatores que incentivaram a prática cooperativa nesta região. Para demonstrar sua disseminação no noroeste gaúcho, apresenta-se a tabela a seguir, com as principais cooperativas existentes nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.

Tabela 01. Principais cooperativas localizadas nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões

COOPERATIVA	UNIDADES EM	TIPO
CRE\$OL	Porto Xavier, Santo Cristo e postos em Porto Lucena, Guarani das Missões e Cerro Largo*	Crédito

⁴ Teoria desenvolvida por professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster na Alemanha.

SICREDI	Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugenio de Castro, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Vitória das Missões Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.*	
CERMISSÕES	Caibaté, Bossoroca, Cerro Largo, Guarani das Missões, Roque Gonzáles, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, Porto Xavier, Santo Antônio das Missões, São Nicolau, Eugênio de Castro, Entre Ijuís, São Miguel das Missões, Dezesseis de Novembro, Pirapó, Jóia, Vitória das Missões, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Porto Lucena, Rolador, Mato Queimado, Capão do Cipó, Catuípe e Garruchos	Eletrificação rural
COOPERLUZ	Santa Rosa, Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz, Porto Lucena, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Senador Salgado Filho, Ubiretama e Sete de Setembro.	
CERTHIL	Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Horizontina, Alegria, Porto Mauá, São Martinho, Dr. Mauricio Cardoso, Novo Machado, Independência, São José do Inhacorá.	
COTRIROSA	Santa Rosa, Santo Cristo, Campina das Missões, Cândido Godói, Porto Lucena, Porto Mauá, São José do Mauá, Tuperendi, Tucunduva, Novo Machado, Ubiretama, Giruá.	
COOPERMIL	Santa Rosa, Santo Cristo, Tuperendi, Tucunduva, Giruá	Tritícola ou mista**
COTRIMAIO	Três de Maio, Alegria, Boa Vista do Buricá, Crissiumal, Cruz Alta, Dr. Maurício Cardoso, Horizontina, Fortaleza dos Valos, Humaitá, Pejuçara, São José do Inhacorá, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três Capões.	
COTRISA	Santo Ângelo, São Paulo das Missões, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, Cerro Largo, Guarani das Missões, Mato Queimado, Caibaté, Vitória das Missões, Catuípe, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Jóia, São Miguel das Missões.	
COOPATRIGO	São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Rolador, Bossoroca, São Nicolau, Pirapó, XVI de Novembro, Guarruchos, Roque Gonzáles, São Luiz Gonzaga.	
COMTUL	Tucunduva	
COOPLEC***	Eugênio de Castro	Agricultura familiar
COOPASC***	Santo Cristo	
COOPRAL***	Alecrim	

COOPERAE***	Cândido Godói	
COOPERTEREZA***	Campina das Missões	
COOPLEITE***	Salvador das Missões	
COOPERBUTIÁ***	São Pedro do Butiá	
COOPERFORT	Horizontina	Mulheres trabalhador as urbanas
COOPERUNIÃO	Santo Ângelo	
COOPERCRIATIVA	Santo Cristo	
ECOS DO VERDE	Santo Ângelo, Giruá, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga	Reciclagem
COOPERCIL	Porto Xavier	
COOPERCULTURA	Três de Maio****	Comunicação
UNIODONTO	Boa Vista do Buricá, Cruz Alta, Horizontina, Roque Gonzáles, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, Três de Maio	Saúde
UNIMED	Santo Ângelo, Santa Rosa e Três de Maio	

*Estão citadas apenas as unidades dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.

** Também denominadas cooperativas empresariais (ver FRANTZ, 1982 e Duarte, 1986)

*** Cooperativas que compõem a UNICOOPERR. Além destas, estão em fase de inclusão COOPOVEC de Porto Vera Cruz; COOPACEL de Cerro Largo; COOPAX de Porto Xavier e COGUARANI de Guarani das Missões.

****Edita o COOPERJORNAL, jornal semanal que circula nos municípios de Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Crissiumal, Dr. Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Humaitá, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Martinho, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Porto Mauá.

Fonte: *sites* das cooperativas citadas; Puhl (2005, inédito)⁵.

Além de ser um número considerável de cooperativas, àquelas voltadas à agricultura são as que predominam. Bialoskorski Neto (2002), ao tratar especificamente de cooperativas agropecuárias, afirma que estas “se apresentam como organizações capazes de atuar em mercados sem ter de discriminar pequenos produtores rurais”. A afirmação do autor vai de encontro ao que se ressaltou anteriormente, sobre o número considerável de cooperativas agrícolas, estar relacionado ao fato desta região ser caracterizada

⁵ Além dos *sites* das cooperativas, contou-se com a ajuda do Ms. Mário Puhl o qual desenvolveu sua pesquisa em torno do cooperativismo da região.

pela agricultura familiar, na qual cerca de 70% das propriedades possui menos de 20 ha (IPD, 2005). Além disso, desde o início do processo de colonização, a cooperação e a ajuda mútua se faziam necessários para que os colonos conseguissem desbravar a mata nativa e se estabelecer, como traz Büttenbender:

O trabalho coletivo já caracterizava a organização destas colônias, seja na organização social, como econômica. Nestes espaços eram colocados em comum as diferentes experiências, o trabalho cooperativo, a motivação e outros. Eram também desenvolvidas práticas de cooperação nas derrubadas de matas, na produção, no crédito, na armazenagem, e até na comercialização. A exemplo desta prática, a educação era, inicialmente, auto-sustentada pelas próprias comunidades, com vistas à preservação do patrimônio cultural e à preparação dos indivíduos para o trabalho (1995, p.118).

Por outro lado, não se pode deixar de ressaltar que a expansão do cooperativismo empresarial levou a um distanciamento do associado em relação à estrutura de poder, tornando freqüente expressões como “a cooperativa ficou rica e o associado continua pobre” ou “a cooperativa cresce e o associado continua na mesma” (Schneider; Konzen, 2001). Ou seja, “grande parte das cooperativas passou a priorizar seus interesses empresariais, o que afetou negativamente os produtores-associados à medida que os afastou de sua cooperativa, desestimulando sua participação ativa...” (Ew, 2001, p.100). Esforços para mudar essa situação foram feitos criando-se, por exemplo, departamentos de educação e comunicação. Porém, ainda hoje observa-se que esse distanciamento permanece no caso das cooperativas tritícolas ou empresariais.

Além do mais, este distanciamento parece estar incentivando a formação das chamadas cooperativas da agricultura familiar. Estas possuem uma estrutura menor, com menos associados, sustentada não pela produção de grãos, mas incentivando a diversificação produtiva nas propriedades familiares.

Essa realidade foi destacada pelos associados da Coopercana quando questionados a respeito de possíveis diferenças entre esta e as cooperativas tritícolas das quais também são associados. Quanto a isso, afirmam:

Bom, o que a gente notava no tempo do meu pai, (...) que raramente saia uma reunião pra saber qual era o lucro, o que eles tiravam. Hoje eu acredito que eles fazem no máximo uma reunião por ano, pra falar quanto rende, se tá valendo a pena ter as filiais no lugar (Associada da Coopercana, ago/05).

Segundo Duarte (1986, p.48), “a prática do cooperativismo empresarial relega o papel do cooperativado (principalmente os pequenos produtores) à sua função de usuário, eliminando o seu papel de dono”. Por sua vez, a Coopercana, destaca como sua preocupação primeira, o fortalecimento do associado e não o crescimento empresarial da cooperativa em si. É certo que qualquer cooperativa deve ter a racionalidade e eficiência de qualquer empresa. Porém, conforme demonstra a entrevista que segue, isso não deve prejudicar o associado:

A Cooperativa aqui ela tem uma visão assim, de almejar (...) uma solidez tanto financeira e estruturar, honrar os nossos compromissos que a gente

fez, mas a gente não almeja formatar uma grande estrutura, (...) Mas a nossa intenção (...) é tentar cada vez mais melhorar a qualidade de vida do associado, que o associado tenha resultado, não a entidade jurídica Coopercana. (Engenheiro Agrônomo da Coopercana, ago/05).

Nesse sentido, a afirmação de Duarte (1986) corrobora com o trecho acima, ao considerar que as cooperativas trítcolas ou empresariais, ao optar por um crescimento empresarial que, na maioria das vezes, afasta o associado do poder decisório, tendem a se descaracterizar como tais. O fato dos associados serem ao mesmo tempo donos e usuários, deixa de se efetivar em sua plenitude. O trecho abaixo destaca outro fato:

O que a gente percebe, (...), eu acho que essas cooperativas são muito grandes. Eu acho que por ser uma cooperativa, (...) a Coopercana hoje tem 280 associados, aí é bem mais fácil atender todos eles e as cooperativas maiores, eu vejo que o pessoal não atende tão bem o associado (Associado da Coopercana, ago/05).

As vantagens do menor porte das cooperativas, apontada no trecho acima, também fazem parte dos apontamentos de Bialoskorski Neto (2002, p.15): “as vantagens do tamanho reduzido de associados, que propiciam assembléias gerais regulares e com alta freqüência, fazem com que se reduzam as assimetrias de informação intragrupo e que cresçam, proporcionalmente, as relações de ética entre os participantes do grupo”.

Dificuldades internas como as citadas, além da conjuntura econômica de 1980, geraram uma crise nas cooperativas agropecuárias, as quais passaram a desencadear um processo de reestruturação (incentivo à diversificação, formação dos núcleos de base), sendo que muitas delas ainda hoje tentam encontrar novos paradigmas de desenvolvimento rural e novas funções do cooperativismo na reestruturação produtiva (Schneider; Konzen, 2001). Ao mesmo tempo, na medida em que os interesses dos associados não são mais atendidos de forma satisfatória, estes novamente organizam-se formando novas cooperativas.

São exemplos dessas novas organizações cooperativas as Apsats criadas de 1986 a 1990 e os Condomínios do período de 1990 a 1994, ambos resultado de programas do governo do Estado do RS, experiências essas bastante disseminadas na região noroeste naquele período. Mais recentemente, principalmente nos Coredes em questão, vem surgindo um número considerável das chamadas cooperativas municipais da agricultura familiar (ver tabela anterior), além de cooperativas urbanas (mulheres trabalhadoras urbanas, de trabalho, de reciclagem, por exemplo).

As cooperativas da agricultura familiar são de pequeno porte e possuem associados apenas no município onde se localizam. Estão voltadas principalmente a comercialização da produção diversificada das pequenas propriedades, incentivando a prática agroecológica e a produção orgânica, além de, em alguns casos, conseguir disponibilizar insumos agrícolas a preços mais acessíveis. Estas cooperativas compõem a Unicooper (Cooperativa Central da Agricultura Familiar Ltda) que possui um posto de vendas no município de Santa Rosa.

Essa mobilização dos atores locais em torno da formação de cooperativas, a exemplo da Coopercana, leva a crer que o cooperativismo é uma importante ferramenta de organização e reunião de esforços dos pequenos para enfrentar exigências do meio técnico-científico-informacional bem como as demandas destes atores. Segundo Schneider e Konzen,

a ameaça que a globalização representa para os micro, pequenos e médios empreendimentos nacionais é, ao mesmo tempo, a grande chance para o cooperativismo, que é, neste momento, uma das principais, se não a única, alternativa à disposição do micro, pequeno e médio empreendimento, não só para viabilizar-se economicamente, como também para enfrentar o mercado com qualidade e para ter respeitada sua presença, graças a união das pequenas forças que o cooperativismo consegue realizar (1995, p.32).

Como observado acima, desde a colonização da região noroeste, os colonos viam nas ações e trabalhos coletivos uma alternativa para responder aos obstáculos que surgiam. Assim, ao longo do processo histórico, as práticas cooperativas se fazem presentes através da formação de associações, cooperativas, clubes de esporte e recreação, associações atléticas, clubes e grupos de mulheres, de idosos, de jovens, associações de classes, ONGs etc. Desse modo, a organização cooperativa, sendo uma constante na região noroeste pode ser considerada um capital do território, a potencialização de um capital intangível (Dallabrida; Siedenberg; Fernández, 2004).

De acordo com a Rede Dlis (2005), a densidade institucional também se refere ao associativismo e a aspectos de fortalecimento da sociedade civil. Assim, a intensa presença de cooperativas de diferentes tipos na região em questão, pode ser considerada uma conseqüência do capital social existente no norte gaúcho (Bandeira, 2003) e resultado da densidade institucional que se forma em torno da criação das cooperativas.

Sendo o cooperativismo um instrumento de fortalecimento da sociedade civil bem como um instrumento que reforça as relações de poder e gestão dos atores locais/regionais sobre seu território, este pode portanto, contribuir com um processo de desenvolvimento territorial local/regional, principalmente quando se forma uma densidade institucional em torno das mesmas. Observa-se que essa densidade está mais presente nas pequenas cooperativas que surgem de um processo de construção mais endógeno.

Assim, pode-se considerar que a formação de cooperativas como as mistas⁶, da agricultura familiar, grande parte das cooperativas urbanas e mesmo a Coopercana, distinguem-se das empresariais ou tritícolas por seu processo de constituição e gestão. As primeiras surgem a partir da iniciativa dos atores locais/regionais o que acaba definindo um processo de territorialização destas cooperativas, de construção coletiva em prol de demandas dos atores locais/regionais.

A territorialização “consiste num conjunto de múltiplas formas de construção e apropriação do espaço social, em sua interação com elementos

⁶ A gênese das cooperativas mistas pode ser considerada endógena, já que estas surgem por iniciativa local. Entretanto, atualmente, estas se distinguem das tritícolas apenas pela nomenclatura.

como o poder, os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo” (Haesbaert, 2002). Assim, a partir de uma necessidade sentida pelos atores locais/regionais, estes organizam uma cooperativa – a Coopercana - e a partir da interação com as demais escalas, reforçam as relações de poder e gestão sobre seu território, de modo a atender suas diferentes demandas e atenuar debilidades.

A necessidade de buscar uma alternativa à situação em que a Alpox S/A se encontrava e mesmo a pouca viabilidade da soja nas pequenas propriedades, leva a uma ampla participação dos atores locais/regionais tanto no processo de constituição quanto nas discussões que hoje se estabelecem. Forma-se assim uma territorialidade em torno das relações de poder estabelecidas pelo cultivo e industrialização da cana, vistas como uma alternativa de desenvolvimento territorial, dentro de uma estrutura na qual prevalecem pequenas propriedades.

A partir do que foi exposto até o momento, pretende-se a seguir, evidenciar como a densidade institucional e a inovação territorial coletiva contribuem no desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional a partir da experiência da Coopercana.

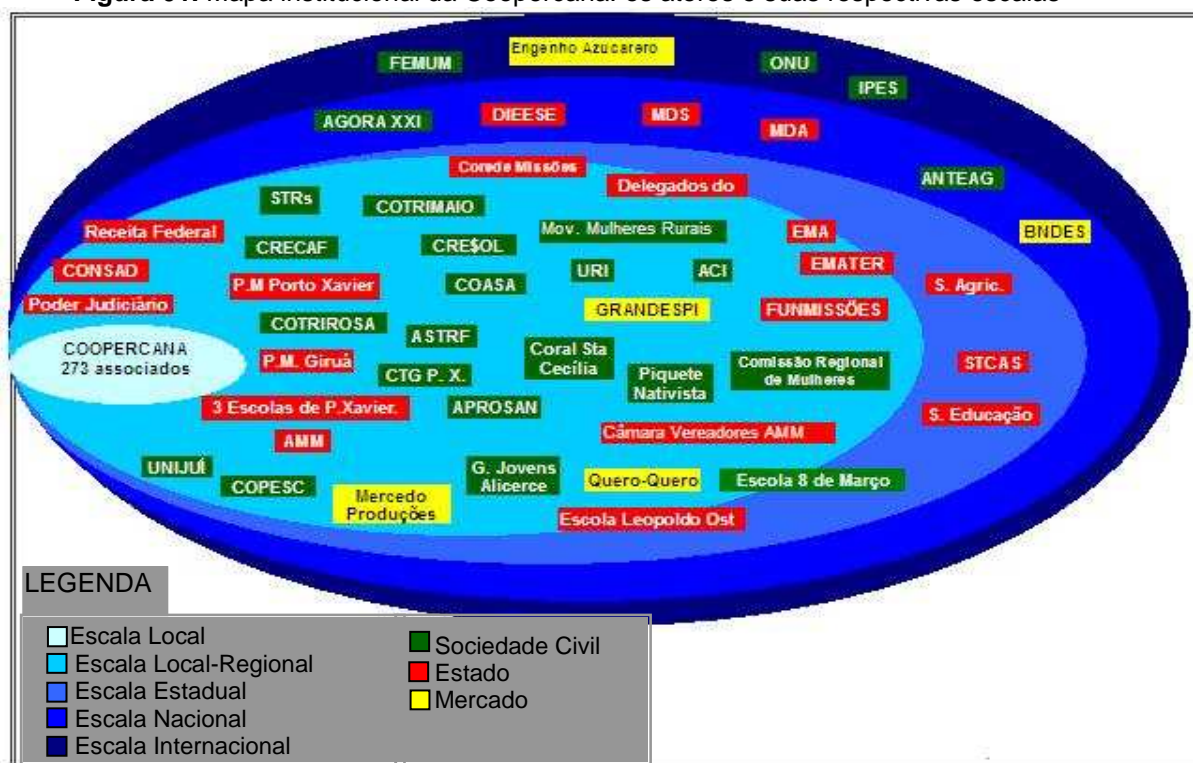
3 A contribuição da densidade institucional e a inovação territorial coletiva no caso da Coopercana

A densidade institucional, no caso da Coopercana, constitui-se num elemento essencial que possibilita aos atores locais/regionais uma atuação mais ativa na gestão do território e na promoção do desenvolvimento.

Assim, numa tentativa de demonstrar e mensurar essa densidade, foram catalogados 19 programas/projetos/ações e 51 atores, instituições e organizações da sociedade civil, do Estado e do mercado, das diferentes escalas de poder e gestão. Para tal, foram estabelecidas 5 escalas: a *local*, delimitada pela localização das propriedades dos associados da Coopercana; a *loca/regional*, correspondente ao Corede Fronteira Noroeste e Missões; e a *estadual; federal e internacional*, as quais interagem com a Coopercana através de diferentes projetos e ações. A seguir traz-se o mapa institucional, que demonstra a densidade institucional destacando as escalas e seus atores.

Nesta figura pode-se observar que o número de atores locais/regionais envolvidos é relativamente maior que o das demais escalas. Isso demonstra um comprometimento e protagonismo destes atores quanto à busca por respostas a suas demandas, sendo uma demonstração do poder de organização e gestão destes para com seu território. Também é significativa a organização da sociedade civil, somando 20 instituições/organizações presentes na escala local/regional.

Figura 01. Mapa institucional da Coopercana: os atores e suas respectivas escalas



Fonte: elaborada pela autora.

Por sua vez, para mensurar a densidade institucional, foram estabelecidos quatro níveis. Para tal classificação, é considerada a presença/atuação e participação de atores do Estado, mercado e sociedade civil, das escalas internacional, nacional, estadual, local/regional e local, junto a Coopercana, conforme tabela abaixo:

Tabela 02. Os quatro níveis de densidade institucional

NÍVEIS	PODERES PRESENTES/ATUANTES JUNTO A Coopercana
1	Poder federal, estadual e local, instituições/organizações civis e organizações estrangeiras.
2	Poder estadual e instituições/organizações civis.
3	Poder municipal e instituições/organizações civis.
4	Poder apenas das instituições/organizações civis e profissionais.

Fonte: Baseado em Rückert, 2001. p. 538.

Dos 19 programas/projetos e ações das quais a Coopercana participa, 53% são de nível 01; 26% do nível 02; e 21% do nível 04, não encontrando-se nenhum do nível 03. Ao levar em consideração que 79% dos projetos são de nível 01 e 02 pode-se afirmar que há uma alta densidade em torno da experiência o que permite que estas ações consigam atender a demandas dos atores locais/regionais envolvidos.

A partir do momento em que os atores locais/regionais e, principalmente, a sociedade civil encontra-se organizada, buscando atender suas demandas e interagindo com atores das demais escalas de poder e gestão - formando uma densidade -, o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial é possível.

Quando o processo de desenvolvimento parte do local, interagindo com as demais escalas, características como legitimidade e democracia se fazem mais presentes, havendo maior participação, comprometimento e identidade destes atores locais para com as ações a serem desenvolvidas.

Por sua vez, são apresentadas as inovações territoriais presentes na experiência, possíveis justamente em razão da densidade institucional presente nesta escala. Juntas, inovação e densidade vão permitir novos usos políticos e econômicos do território mais adequados ao desenvolvimento territorial local/regional.

Sendo assim, a primeira inovação que se pode destacar é a própria densidade institucional em torno da experiência. Observa-se por parte dos atores envolvidos na Coopercana, uma interação constante e intensa com demais instituições e organizações, sejam locais/regionais ou de outras escalas, seja como instituição protagonista ou simplesmente colaboradora. Isso permite que sejam atendidas demandas tanto da Cooperativa, quanto do seu entorno territorial maior. Constitui-se assim, uma mobilização social, bem como redes de cooperação que permitem inovações. Isso por sua vez possibilita a gestão do território, com uma participação mais ativa dos atores locais/regionais, via novos usos políticos e econômicos.

Outra inovação a ser considerada, é o fato de se cultivar cana-de-açúcar numa região onde tipicamente predomina a cultura da soja. O noroeste gaúcho caracteriza umas das maiores regiões produtoras de soja do Estado. Enquanto nos dois Coredes, em 2002, foram cultivados 657.860 ha de soja, de cana foram apenas 7.212 ha (IPD; IBGE, 2005). Esta comparação demonstra que a cultura da cana, comparada a soja, pode ser considerada uma inovação ao nível regional, principalmente quando esta é colocada como principal produto a gerar renda na propriedade, não raro, substituindo a soja. Essa inovação adquire maior importância ao considerar-se os problemas de viabilidade econômica do cultivo da soja em pequenas e médias propriedades (Brum, 2002).

Os atores locais/regionais, aproveitando um micro-clima favorável ao cultivo da cana – idêntico ao tropical-, passam a produzir álcool combustível, fato que pode ser considerado uma potencialidade local/regional, tanto pelo micro-clima quanto por este cultivo já fazer parte da cultura regional, no entanto, em pequena escala e para auto-consumo⁷ nas propriedades. Assim, a industrialização da cana pode ser considerada uma inovação territorial coletiva, pois a partir dela, se dá uma resposta criativa a um problema existente (inviabilidade da soja em pequenas propriedades) (Leader, 2005) com base em uma potencialidade local/regional (micro-clima favorável ao cultivo e o fato da cana já ser cultivada na região).

O que foi apresentado acima vai de encontro ao que afirma Méndez (2002) quando menciona que todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais...) que constitui seu potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos, de forma eficaz e inovadora. Nesse sentido, pode-se citar o capital social existente

⁷ Utiliza-se a cana como forrageira para trato animal, além da fabricação de melado, açúcar mascavo, cachaça para o consumo familiar.

nessa região como outro potencial de desenvolvimento, sendo que uma maneira de atribuir valor a este recurso se dá através do cooperativismo e da formação da densidade institucional.

Outra inovação é a própria industrialização da cana e não sua venda *in natura*, como ocorre no caso da soja. Além disso, o processo de industrialização permite uma maior geração de empregos e impostos na escala local/regional, uma remuneração maior dos agricultores, considerando que os produtos primários agregam menos valor que os industrializados. Além do mais, acaba representando mais uma fonte de renda para os associados da Cooperativa e demais envolvidos na atividade, com por exemplo, os cortadores de cana.

Pode-se destacar ainda o fato da Coopercana ser a única usina de álcool combustível do Rio Grande do Sul, atendendo a 4% da demanda do Estado. Sua capacidade chega a 9 milhões de litros/safra, devendo ser atingida nesta safra. No entanto, já há projetos visando aumentar essa capacidade para atender a demanda, como será explicitado posteriormente.

O processo de discussão dentro da Cooperativa, também é de caráter inovador. Esta possui os 273 associados distribuídos em 11 núcleos de base. Estes núcleos realizam reuniões, com uma considerável participação dos associados, nas localidades do meio rural dos três municípios. Neles, iniciam-se as discussões e as tomadas de decisão. A partir dessa organização, todos os seus associados, têm a possibilidade de participar das decisões que envolvem as ações da Cooperativa, garantindo uma gestão mais transparente e democrática.

A geração de energia a partir da queima do bagaço de cana pode ser destacada como outra inovação. O bagaço, que caracteriza um resíduo, quando não tratado adequadamente, provoca impactos ambientais. Este problema é solucionado através da produção de energia, sendo que durante o funcionamento da usina, esta se isenta do pagamento da taxa de energia elétrica.

O Estatuto da Cooperativa também pode ser considerado inovador, pois dentre os objetivos está “contribuir para o desenvolvimento regional”. Tal objetivo, proveniente de uma cooperativa, que resulta da organização da sociedade civil e não de alguma instituição do Estado, pode ser considerada outra característica inovadora, uma resposta às demandas e debilidades locais/regionais. Este objetivo, resultado de discussões dos associados, demonstra o caráter coletivo desta inovação e um comprometimento destes associados para com seu território, não se restringindo a metas setoriais e sim territoriais. Pode-se considerar que tal objetivo vem sendo progressivamente alcançado ao levar-se em consideração os projetos dos quais a Coopercana participa e as instituições/organizações constituídas pela mobilização local.

Por fim, cabe destacar o fato da Coopercana ser uma Cooperativa e não uma empresa privada do tipo sociedade anônima. Em geral, as indústrias da região são criadas a partir de uma iniciativa individual ou de alguns poucos acionistas. Dados do Anuário Estatístico da FEE de 1993, (IPD, 2005) demonstram que nas duas regiões dos Coredes, o setor industrial emprega em média de 9 a 11 empregados por indústria. Já, o caráter cooperativo da Coopercana permite que esta empregue na usina, 43 empregados efetivos,

chegando a empregar, na época da safra, mais 73. Isso sem contar que em decorrência do funcionamento da usina são gerados 919 empregos e postos de trabalho.

Como já mencionado, entende-se que as inovações citadas são possíveis em função da densidade institucional presente na experiência. A interação entre os atores da Cooperativa e entre estes e as demais escalas de poder e gestão, aumentam a capacidade de se realizar ações sobre o território. Assim, essa densidade institucional tem possibilitado ainda, a realização de diversas ações e projetos que visam atender a demandas não só setoriais ou corporativas, mas também territoriais. A seguir são apresentados os novos usos políticos e econômicos do território que tem caracterizado a gestão territorial do desenvolvimento numa escala local/regional.

4 Os novos usos políticos e econômicos do território decorrentes da Coopercana

Na figura 02, pode-se observar que a constituição da Coopercana já é resultado da interação e cooperação entre diferentes instituições e organizações. Para sua criação foi necessário um grande apoio da ASTRF (Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços), do STR-Porto Xavier (Sindicato de Trabalhadores Rurais), das igrejas católica e evangélica e da COOPAX (Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier). Isso pois os plantadores de cana e os funcionários da AlpoX estavam desestimulados em dar continuidade as atividades da usina, sendo estas instituições/organizações fundamentais no processo de mobilização dos funcionários e agricultores para a formação da Cooperativa.

Na mesma figura é possível observar ainda que, a partir da Coopercana, foram criadas outras instituições e/ou organizações, as quais interagem frequentemente em diversos projetos e ações, e que são apresentadas em seguida:



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim sendo, a Coopercil (Cooperativa dos Recicladores) foi criada em 2004, conseqüência do Programa Coletivos do Trabalho do Governo do Estado (1999-02). Atores da escala local acabaram articulando-se com o Governo do Estado para que fosse constituída uma cooperativa de reciclagem no município de Porto Xavier, a Coperbioverde, que apresentou um nível de densidade institucional 02. Com o fim do programa esta cooperativa acabou desestruturando-se, porém a ASTRF junto a algumas pessoas deste grupo, organizaram a Coopercil, passando esta ação ao nível de densidade 04. O processo de constituição da Coperbioverde até a Coopercil integrou

instituições/organizações como a Coopercana, ASTRF, STR, COOPAX, ACI-Porto Xavier, (Associação Comercial e Industrial), EMATER, Prefeitura de Porto Xavier, STCAS (Secretaria de Trabalho e Assistência Social) e a Escola de Trabalhadores 8 de Março de Novo Hamburgo.

Outro uso político do território é a constituição de uma agência bancária do Sistema Cresol - Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Tal processo, inicia-se no ano de 2000, quando foram realizados encontros do Fórum de Desenvolvimento Local no município de Porto Xavier. Este Fórum contou com a participação de instituições e organizações como Coopercana; Emater; ASTRF; STR – Porto Xavier; Coopax; Ema; Coopesc (Cooperativa dos Pescadores - Porto Xavier); Secretaria da Agricultura e Conselho Municipal da Agricultura de Porto Xavier. Este se propôs a discutir os estrangulamentos quanto ao desenvolvimento do município.

Dessa forma, como demanda primeira, surgiu a dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores. Percebeu-se a necessidade de uma organização que fomentasse a agricultura familiar, facilitando o acesso a recursos financeiros. Assim, implementou-se uma unidade do Sistema Cresol em 2003. A densidade institucional, em torno da constituição da Cresol, de nível 01, teve reflexos territoriais, atingindo não apenas os associados da Coopercana, mas sim demais agricultores da região, proporcionando-lhes um acesso mais facilitado ao crédito. A área de abrangência da Cresol - Porto Xavier, expande-se para além deste município, possuindo associados em Porto Lucena, Porto Xavier, Roque Gonzáles e São Paulo das Missões, Pirapó, XVI de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões e Cerro Largo, somando mais de 600 cooperados.

Ainda nessa linha, pode-se citar a constituição do Ema (Ensino Médio Alternativo) com um nível 02 de densidade. Os atores locais, que a muito pensavam em uma escola com um curso técnico agrícola, incentivados pelo programa do Governo Estadual para a constituição de escolas mais adequadas à realidade local, realizaram reuniões com a Secretaria da Educação do Estado e posteriormente entre entidades como Coopercana, Comadem; STR; Coopax, Emater; Escolas de Rincão Comprido, Rincão Vermelho e Linha São Carlos de Porto Xavier, para traçar o planejamento do Ema. Este foi criado na Linha São Carlos, em 2001, proporcionando um ensino médio adequado a realidade agrícola local.

A rádio comunitária Amizade FM também resultou das discussões do Fórum de Desenvolvimento Local e sua constituição apresentou nível de densidade 04. A necessidade de sua criação partiu do fato de só haver uma sucursal de uma rádio do município de Porto Lucena em Porto Xavier. Para a criação da rádio, interagiram a Coopercana, ASTRF, Ema, STR, Cresol e Igrejas católica e IECLB, as quais levantaram os recursos e os meios necessários a sua implementação. Hoje toda a população do município é beneficiada com a Amizade FM havendo uma programação local.

Além disso, a constituição da Arede - Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa-, uma ONG voltada a ministrar cursos de formação e capacitação alternativos para classes sociais menos favorecidas, também é resultado da interação de 17 instituições/organizações,

dentre elas a Coopercana. Mesmo com este número considerável de atores envolvidos, seu processo de constituição e de nível de densidade é 04.

Outros projetos que merecem ser destacados são àqueles relacionados à Lei de Incentivo a Cultura, que apresentam densidade 02. A Cooperativa, junto a demais organizações e instituições da região vem patrocinando projetos culturais (principalmente festivais estudantis) contribuindo para o desenvolvimento da cultura regional. Desde 2003, participou de 7 projetos nos municípios de Porto Xavier, Santo Cristo e Giruá. Estes projetos demonstram que os reflexos da Coopercana não se dão apenas no espaço rural, beneficiando os associados produtores de cana. Expandem-se de forma territorial, tendo reflexos mais significativos à medida que esta interage com demais organizações e instituições de diferentes escalas.

Por fim, outro uso político do território a ser considerado é o processo de decretação da falência da Alpox e posterior arrendamento da massa falida em 1999. Este contou com ampla participação da sociedade civil regional organizada, pressionando o poder judiciário, uso este que permitiu as demais transformações territoriais elencadas. Da mesma forma, a compra da massa falida, em 2006, exigiu novamente alto nível de densidade, ou seja, de cooperação entre diferentes atores das diferentes escalas de poder e gestão, para que a compra fosse concretizada.

Quanto aos usos econômicos, o que mais se destaca é o próprio cultivo da cana-de-açúcar. Em 1999, ano em que é decretada a falência da Alpox e a Coopercana arrenda a usina havia cerca de 1.250 ha de cana. Já em 2003 esse número atingia 1.868 ha, passando para 2.050 ha em 2005, o que representa um crescimento de 64%, ou um aumento de 800 ha num período de 6 anos. Esse crescimento é significativo levando em consideração que em média 70% dos estabelecimentos agropecuários dos dois Coredes, em 1995, possuíam até 20 ha (IPD, 2005). Além disso, a própria industrialização da cana e sua transformação em álcool combustível caracteriza um novo uso econômico, pelo fato de se tratar da única usina de álcool do Rio Grande do Sul.

Além do mais, nos 6 anos de atividades da Coopercana, esta recolheu quase R\$ 7 milhões em impostos, o que poderia deixar de ser arrecadados caso a usina encerrasse as atividades após a decretação de sua falência. É importante destacar que a arrecadação do ICMS no município de Porto Xavier, em 2004, foi de R\$ 2.905.374,00 (FEE, 2005). Assim sendo, o ICMS gerado pela Coopercana representou, naquele ano, 50% do imposto recolhido no município. Pode-se ressaltar assim que os impostos gerados pela Cooperativa podem levar a diferentes transformações territoriais, beneficiando pessoas que não possuem ligação direta com a usina.

Outro novo uso econômico do território é a geração de 919 empregos e postos de trabalho, decorrente das atividades diretas da usina. Os empregos gerados pela Cooperativa, dentro da CLT, chegam a 119 no período de safra e 43 na entre-safra, estando acima da média dos dois Coredes, como já mencionado anteriormente.

Por fim, pode-se citar como novos usos econômicos, os projetos que vem sendo desenvolvidos e que levam a transformações territoriais, na medida em que tem disseminado a cadeia da cana-de-açúcar. Pode-se citar assim, o

projeto “*Estudo de adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul*”, concluído no final de 2004; o projeto *Rede de Cidades*, desenvolvido de 2002 a 2004. Em decorrência do Rede de Cidades, é implementado em 2005, o projeto “*Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS – gerando renda e saboreando alimentos com a cultura da cana-de-açúcar na agricultura familiar*”. Pode-se citar ainda o projeto proposto pela Coopercana “*Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar*”. Estes projetos apresentam todos níveis de densidade 01 e atendem a demandas de agricultores familiares de diferentes municípios da região, via incremento do cultivo e processamento da cana, considerada uma potencialidade territorial, pelas razões já destacadas acima.

Enfim, os novos usos políticos e econômicos do território expressam a capacidade que os atores locais/regionais possuem quanto a gestão territorial do desenvolvimento. O desencadeamento de tal processo é possível a partir de uma organização cooperativa, reunindo atores individuais, quais sejam, os pequenos agricultores familiares, o que por sua vez, está na base da densidade institucional, a qual torna possível o desencadeamento de ações com características de inovação territorial coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que se mencionou ao longo deste artigo, pode-se observar que há diversos elementos que permitem afirmar que o cooperativismo, na medida em que é construído com uma participação ativa dos atores locais/regionais, caracteriza um capital do território ou uma potencialidade territorial nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões. Tal constatação é reforçada quando se considera que a prática associativa/cooperativa está presente desde a colonização da região e ainda hoje se faz é significativa como aponta a tabela acima.

Vale ressaltar que, embora a prática cooperativa seja de fundamental importância, principalmente em regiões de agricultura familiar, esta não é condição suficiente para a promoção do desenvolvimento territorial. No caso da Coopercana isso fica evidente. A criação da cooperativa parece ter sido a única forma de dar seqüência a produção de etanol naquele município. Porém, a cooperativa isoladamente poderia restringir-se a atender as demandas apenas de seus associados. Já, na medida em que há uma interação entre diferentes atores das diferentes escalas, formando uma densidade institucional, baseada em ações que visam incrementar as potencialidades territoriais, levando a inovação territorial coletiva, este processo de desenvolvimento vai além de um setor, assumindo um caráter territorial, como buscou-se evidenciar ao longo deste artigo. É como base nisso, que se afirma que a densidade institucional e a inovação territorial coletiva são elementos fundamentais para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial em escalas locais/regionais.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro Silveira. **Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social**. Relatório de Análise dos Resultados. 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio.htm>. Acesso em: ago/2003.
- BEKCER, Berta. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BIALOSKORKI NETO, Sigismundo. 2002. Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: um ensaio analítico. **Seminário em Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios**. UFV, (mimeo).
- BÜTENBENDER, Pedro Luís. O Cooperativismo e o Desenvolvimento Regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 29, n. 36, São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- BOISIER, Sergio. 1997. **El Vuelva de una Cometa: una metamorfose para una teoría del desarrollo territorial**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1997.
- BRUM, Argemiro Luis. **A Economia Mundial da Soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul – 1970-2000**. Ijuí: Unijuí, 2002.
- DALLABRIDA, Valdir R.; SIEDENBERG, DIETER R.; FERNÁNDEZ, Víctor R. A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional, 2, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2004. Em CD.
- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S. O cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- EW, Aní Rení. Os casos Cosuel e Coapel – estudo comparativo da reestruturação de cooperativas agropecuárias na década de 90. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad Institucional, Inovación Colectiva y Desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. In: **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul: v.9, nº1, jan/abr, 2004.
- FEE- *Fundação de Economia e Estatística*. 2005. Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em set/05.
- FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola: o caso da Cotrijuí**. Petrópolis: Vozes, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: ago/2005.

IPD–**Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. 2005. Disponível em: <http://seguro.unijui.tche.br/nbd/>. Acesso em maio/2005.

LEADER - **Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural**. 2005. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/coll/art08.htm>. Acesso em: maio/2005.

MÉNDEZ, Ricardo. 2002. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. **Eure**. Santiago: vol. 28, nº 84, 2002, Disponível em www.scielo.cl/scielo.php. Acesso em junho/2004.

PANZUTTI, Ralph. Contribuição para a Teoria Cooperativista. In: **Congresso da SOBER**. Anais, 2002.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuições para uma interpretação de mecanismo de escala prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.1, p.123-135, jan-mar, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise G. **A Contribuição da Inovação Territorial Coletiva e da Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional**: a experiência da Coopercana - Porto Xavier/RS. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2003.

REDE DLIS. **Construindo Indicadores de Desenvolvimento Local**. 2005. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/monitoramento.asp?id=143&action=mostra>>. Acesso em: maio/2005.

RÜCKERT, Aldomar A. **Reforma do Estado e Tendências de Reestruturação Territorial**. Cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. São Paulo: Universidade de São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana), 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 5ªed, 2001.

SCHNEIDER, José Odelso; KONZEN, Otto Guilherme. 2001. 100 anos de cooperativismo no Rio Grande do Sul. 100 anos de experiência solidária. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.